

UMA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA SOBRE OS DESAFIOS E VIVÊNCIAS DE MÃES ESTUDANTES NA EJA

Geovana Cabral dos Santos
Laila Cristina da Silva
Wesley Junior da Silva

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva psicológica, os desafios enfrentados por mães estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e responder à questão: de que forma a maternidade influencia a permanência e o desempenho escolar das mulheres nessa modalidade de ensino? Observa-se que a EJA representa um espaço de inclusão e transformação social, possibilitando às mulheres a retomada da autoestima, da autonomia e do protagonismo em suas trajetórias. Contudo, a maternidade pode tanto impulsionar o retorno aos estudos quanto dificultar sua continuidade, devido à sobrecarga de responsabilidades, à falta de apoio familiar e às limitações estruturais das instituições de ensino. Assim, destaca-se a importância do suporte psicológico e de políticas públicas que favoreçam a permanência escolar das mães, promovendo equidade e fortalecendo o papel emancipador da educação.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Maternidade, Mães Estudantes, Desafios Psicossociais, Permanência Escolar

Abstract: This study aims to analyze, from a psychological perspective, the challenges faced by student mothers in Youth and Adult Education (EJA) and to answer the question: how does motherhood influence the permanence and academic performance of women in this educational modality? It is observed that EJA represents a space for inclusion and social transformation, enabling women to regain self-esteem, autonomy, and protagonism in their personal and educational paths. However, motherhood can both motivate the return to studies and hinder its continuity due to the overload of responsibilities, lack of family support, and structural limitations within educational institutions. Therefore, psychological support and public policies that encourage school permanence are essential to promote equity and strengthen the emancipatory role of education.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA); Motherhood; Student Mothers; Psychology; School Permanence.

1. INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos (EJA) constitui uma modalidade com características próprias que precisam ser levadas em conta ao se compreender o processo de ensino e aprendizagem. O público atendido apresenta desafios específicos, como a grande variedade de idades, a rotina de trabalho, os diferentes períodos de afastamento ou início tardio da vida escolar, além da baixa autoestima decorrente de experiências anteriores e de sua realidade social. A EJA constrói uma identidade particular, distinta da escolarização regular, não apenas pela idade dos estudantes, mas pela sua formação sociocultural e histórico-social tão específica (Marquez e Godoy 2020).

Por meio da EJA, jovens e adultos conquistam não só conhecimento escolar, mas também a chance de transformação social, capaz de impactar de forma positiva o contexto econômico e comunitário. A manutenção e ampliação de iniciativas voltadas para a EJA, aliadas a políticas públicas consistentes, são essenciais para assegurar que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, sem distinção de idade ou histórico educacional (Rocha, 2025).

Seja na vida adulta ou durante a adolescência, a maternidade provoca transformações significativas em múltiplos aspectos da rotina e da vida pessoal da mulher. No caso de adolescentes, esse processo tende a ser ainda mais desafiador, uma vez que envolve diversas vulnerabilidades que dificultam a vivência do período gestacional e pós-parto. Muitas vezes, essas jovens enfrentam esse momento sem o suporte necessário, em contextos marcados pela fragilidade ou ausência da estrutura familiar, sendo obrigadas a reavaliar seus projetos de vida e suas expectativas para o futuro. (SOUZA et al, 2022). A psicologia, enquanto ciência dedicada ao estudo do comportamento e dos processos mentais, tem papel essencial na compreensão dessa complexidade, ao disponibilizar recursos que auxiliam no enfrentamento das mudanças hormonais, emocionais e sociais presentes na experiência da maternidade (RODRIGUES, et al, 2024).

Sendo assim, o problema desta pesquisa parte da seguinte questão: a maternidade influencia a permanência e o desempenho escolar das mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA)? A pesquisa justifica-se pela necessidade de discutir os desafios enfrentados por mães estudantes nesse contexto, considerando que a maternidade traz implicações que ultrapassam as dimensões social e educacional. Compreender essas vivências possibilita identificar de que forma a maternidade interfere no processo de permanência e no desempenho escolar, além de destacar a importância do suporte psicológico como fator essencial para reduzir impactos negativos e fortalecer a trajetória acadêmica dessas mulheres. Dessa maneira, o estudo busca não apenas compreender as dificuldades enfrentadas, mas também propor caminhos que promovam a equidade de oportunidades e contribuam para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e sensível às especificidades da maternidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Carvalho et al (2022) descreve que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino no Brasil, cuja origem remonta à década de 1940, quando surgiu com um caráter assistencialista. Desde então, vem passando por diversas transformações e aprimoramentos, acompanhando as políticas públicas voltadas à promoção da igualdade, da democratização do ensino e da equidade no acesso à educação para aqueles que não concluíram a educação básica na idade apropriada.

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nosso país está ligada às transformações sociais, econômicas e políticas caracterizando diferentes acontecimentos e momentos históricos. (Pereira, 2024, p. 65). De acordo com Macedo e Loureiro (2025) a Educação de Jovens e Adultos (EJA) consolidou-se em todo o país como uma modalidade formal de ensino, respaldada pelos dois principais marcos legais brasileiros: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

No cenário brasileiro, as políticas educacionais direcionadas à EJA têm desempenhado um papel essencial na promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades no acesso à educação. Desde a Constituição Federal de 1988, que assegura esse direito, até iniciativas mais recentes, como o programa EJA – Mundo do Trabalho, observa-se o esforço contínuo em enfrentar desafios históricos, como o analfabetismo e a defasagem escolar, reconhecendo a educação como um meio de transformação social (Machado et al, 2024).

As políticas educacionais, em um contexto marcadamente capitalista, onde prevalecem desigualdades sociais e econômicas são elaboradas de modo a favorecer os interesses da classe dominante, que detém o controle econômico e político do país, preservando a lógica do sistema produtivo. Superar esse modelo e assegurar direitos democráticos constitui um desafio constante e uma batalha histórica dentro da trajetória da EJA (Marquez e Godoy, 2020).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como um elemento fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Essa modalidade tem como propósito reinserir pessoas que foram deixadas à margem pelo ensino tradicional, oferecendo não só aprendizado formal, mas também a possibilidade de participação cidadã e crescimento pessoal. Mais do que uma simples alternativa educacional, a EJA funciona como um instrumento de

inclusão social, fortalecendo os indivíduos para que atuem de maneira ativa e relevante dentro da comunidade (Rocha, 2025).

Pereira e Souza (2023) traz que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade destinada a pessoas que não puderam iniciar ou continuar seus estudos no tempo considerado adequado. Esse espaço reúne um público diverso que enfrenta diferentes dificuldades para estudar. Entre esse grupo, destaca-se de forma particular a presença das mulheres.

Carvalho et al (2022) também traz que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade particular do sistema educacional brasileiro, voltada para pessoas com mais de quinze anos que não concluíram seus estudos na idade adequada. Esse público é formado, em grande parte, por indivíduos que abandonaram a escola ou que nunca tiveram acesso à educação formal, refletindo o elevado número de pessoas em situação de analfabetismo que buscam essa modalidade de ensino.

A legislação confere à EJA a responsabilidade de promover a inclusão social e a formação crítica e cidadã de seus participantes, capacitando-os a atuar de forma ativa na sociedade. Além disso, essa modalidade busca desenvolver competências e habilidades sociopolíticas que possibilitem o exercício pleno dos deveres e a garantia dos direitos. Assim, a EJA deve também refletir o respeito à diversidade e à valorização das múltiplas expressões culturais presentes no ambiente educacional (Macedo e Loureiro, 2025).

Os estudantes da EJA possuem trajetórias e vivências bastante diversas, o que exige práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas. Nesse sentido, é fundamental que o currículo dessa modalidade leve em consideração as necessidades e os interesses do público adulto, oferecendo uma aprendizagem significativa e aplicável tanto à vida pessoal quanto profissional. Os resultados positivos se manifestam na transformação das realidades desses indivíduos, ampliando o acesso à educação e contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais. Contudo, ainda existem desafios importantes, como a falta de recursos adequados, a necessidade de ajustes no currículo e o desenvolvimento de estratégias eficazes para manter o engajamento dos alunos (Machado et al, 2024).

2.2 Os impactos da maternidade e Educação de Jovens e Adultos

A maternidade, considerada uma das experiências mais profundas da existência humana, tem se tornado cada vez mais complexa e dinâmica no século XXI. Em meio a um contexto global em constante transformação, essa vivência assume novos significados e enfrenta desafios contemporâneos, refletindo as mudanças sociais, culturais e tecnológicas que marcam a atualidade (Rodrigues et al, 2024). Embora haja hoje uma maior aceitação das diversas formas de vivência feminina, as mulheres ainda são submetidas a intensas pressões sociais. Assim, muitas acabam enfrentando o conflito entre as exigências que incentivam a busca por formação, carreira e independência profissional, e as expectativas tradicionais relacionadas ao exercício do papel materno (Lima et al, 2021).

Segundo Souza et al (2022) a experiência de se tornar mãe é marcada por aspectos biopsicossociais únicos, moldados pela forma como cada mulher vivencia e interpreta essa fase, refletindo sua história de vida, condições sociodemográficas e o contexto social, histórico e cultural em que está inserida. Além disso, as mudanças físicas e emocionais ocorridas durante a gestação, o parto e o puerpério exercem influência direta sobre o modo como a maternidade é desempenhada.

Diante as palavras de Leite e Alves (2022), em uma sociedade que ainda reproduz padrões machistas e discriminatórios, garantir o acesso e a conclusão do ensino para as mulheres é essencial para que conquistem melhores cargos, valorização salarial e independência. Contudo, o percurso acadêmico é desafiador, pois muitas enfrentam a sobrecarga de afazeres domésticos, responsabilidades maternas e longas jornadas de trabalho, o que reduz o tempo e a energia disponíveis para os estudos.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), revelam que cerca de uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. Para as mulheres, o principal motivo foi a necessidade de trabalhar (25,5%), seguido pela gravidez (23,1%) (Bello e Brito, 2024). Para grande parte das mulheres de baixa renda e sem estabilidade financeira, retornar aos estudos após a maternidade torna-se um verdadeiro desafio especialmente quando precisam conciliar o trabalho e não contam com uma rede de apoio para cuidar dos filhos. Com o passar do tempo, algumas conseguem vencer as dificuldades e a correria do cotidiano, buscando nas escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)

uma oportunidade de continuar sua formação. Entretanto, muitas outras acabam não conseguindo retomar os estudos. (OLIVEIRA, 2023).

Entre as adolescentes e mulheres adultas que frequentam a EJA, certos desafios tornam-se ainda mais intensos, já que suas condições de gênero e particularidades são frequentemente desconsideradas. Elas carregam múltiplos marcadores sociais como gênero, raça, idade, classe social, origem e sexualidade que contribuem para estigmatizações, preconceitos e diversas formas de violência. Esses fatores acabam dificultando, ou até impedindo, a continuidade e a conclusão de seus trajetos educacionais (Prado et al, 2025).

Nessa lógica, Silva e Souza (2024), afirmam que mães estudantes que têm filhos pequenos enfrentam muitos obstáculos para conciliar os cuidados com a maternidade e as exigências acadêmicas. Muitas acabam trancando ou abandonando os estudos por se sentirem sobrecarregadas, incapazes de atender a ambas as demandas ou por vivenciarem a maternidade de um modo muito diferente do que imaginaram, o que pode gerar frustração e sofrimento emocional. Essa realidade evidencia a importância de oferecer apoio e políticas que ajudem essas mulheres a permanecer na educação, tornando essa etapa menos angustiante e mais viável.

O campo de estudos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece uma oportunidade fundamental para refletir sobre os processos de exclusão vividos por mulheres mães, especialmente no que tange aos desafios de conciliar responsabilidades familiares, trabalho e a busca por educação. Essa reflexão permite compreender como fatores como a sobrecarga doméstica, a falta de apoio social e de políticas públicas adequadas, além das desigualdades de gênero, dificultam a permanência dessas mulheres na escola. (Jesus e Coelho, 2024, p.3).

No caso das mulheres em situação de analfabetismo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) assume um papel ainda mais relevante, por envolver um público que enfrenta obstáculos adicionais, como desigualdades de gênero, encargos familiares, dificuldades financeiras e, em muitos casos, vivências marcadas pela discriminação (Santos, 2024).

2.3 A Proteção Legal e o Acompanhamento Psicológico na Maternidade e Educação

Diante desse cenário de desafios enfrentados pelas mulheres que conciliam maternidade e educação, é fundamental considerar os dispositivos legais que asseguram o direito à continuidade dos estudos durante o período gestacional. A legislação brasileira reconhece a importância de garantir condições adequadas para que as estudantes grávidas não sejam

prejudicadas em sua trajetória escolar. Nesse sentido, vale destacar o disposto na Lei nº 6.202, de 1975, Art. 1º:

A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969. Parágrafo único: O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola (Brasil, 1975).

Reconhecendo a importância desse cuidado, o governo brasileiro implementou medidas que ampliam o suporte psicológico durante a gestação e o pós-parto, com o objetivo de garantir um acompanhamento mais humanizado e integral. A Lei nº 14.721, de 8 de novembro de 2023 altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a assistência psicológica à gestante, à parturiente e à puérpera. A norma determina que a assistência psicológica seja indicada após avaliação do profissional de saúde durante o pré-natal e o puerpério, com encaminhamento conforme o prognóstico da paciente. Além disso, estabelece que os estabelecimentos de saúde, públicos e privados, desenvolvam atividades de educação, conscientização e esclarecimento sobre a saúde mental da mulher no período da gravidez e do puerpério, reforçando o compromisso do Estado com a promoção da saúde mental materna e o cuidado integral à mulher (BRASIL, 2023).

As dificuldades vivenciadas pelas mulheres no pós-parto são diversas, abrangendo alterações no sono, preocupações constantes com a saúde do bebê, o choro frequente do recém-nascido e a falta de tempo para cuidar de si mesmas. Esses fatores afetam diretamente o bem-estar emocional da mãe. Paralelamente, tais situações podem gerar sentimentos de culpa, especialmente quando a mulher sente que não está oferecendo os cuidados ideais ao filho, o que pode contribuir para o surgimento de sintomas de depressão pós-parto (Silveiro e Paiva, 2023).

A Psicologia tem um papel fundamental na preparação das mulheres para a maternidade, na diminuição da mortalidade infantil e na identificação de possíveis transtornos psicológicos. As intervenções nessa área precisam considerar os aspectos sociais e culturais que moldam a experiência materna. Entre as estratégias mais eficazes estão a psicoeducação, os grupos de apoio e o incentivo ao autocuidado. A prevenção de transtornos requer ações como o rastreamento precoce, a intervenção oportuna, a orientação de familiares e amigos, o encaminhamento para serviços de saúde mental qualificados e o fortalecimento de redes de apoio. (EMANTNÉ et al, 2024).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura, com levantamento de dados em fontes científicas online. A coleta foi realizada entre setembro e outubro de 2025, com foco em estudos que abordam os desafios enfrentados por mulheres que conciliam a maternidade com os estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sob uma perspectiva psicológica.

A seleção dos materiais se deu por meio de coletas de informações bibliográficas. Para a coleta de dados, foram utilizados artigos publicados em periódicos científicos nacionais no período de 2020 a 2025, escritos no idioma português. As bases de dados utilizadas para a busca foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Os descritores aplicados na busca incluíram combinações como: “maternidade e EJA”, “mães estudantes”, “mães na Educação de Jovens e Adultos”, “desafios psicológicos na EJA”, entre outros relacionados à temática.

Após a localização dos artigos, foi realizada uma leitura exploratória e seletiva do material, seguida de uma análise sintética dos conteúdos. As informações extraídas foram organizadas a partir de uma análise dos objetivos, metodologias e resultados dos estudos, permitindo identificar padrões, semelhanças e lacunas nas produções acadêmicas sobre o tema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O modo como compreendemos a educação de jovens e adultos atualmente é resultado de concepções desenvolvidas ao longo de muitas décadas. Por isso, analisar e entender esse percurso histórico é essencial para interpretar o cenário atual das políticas e práticas pedagógicas da EJA, permitindo também revisitar e transformar essas concepções à luz das necessidades presentes (Marquez e Godoy, 2020).

A EJA teve e continua tendo o propósito de transformar a realidade pessoal e profissional de milhares de pessoas que, em algum momento, foram excluídas do processo educacional. Seu objetivo é promover a inclusão social por meio da garantia de direitos e do cumprimento de deveres. No entanto, nem sempre essas intenções se concretizam nas políticas governamentais, já que, conforme as prioridades de cada gestão, é possível perceber a falta de atenção às

necessidades e aos desafios enfrentados por essa modalidade de ensino (Macedo e Loureiro, 2025).

Carvalho et al, 2022 traz que as políticas públicas são fundamentais para garantir o acesso igualitário à educação, reduzir as desigualdades e promover a equidade, além de estimular a autonomia dos cidadãos na busca por mudanças sociais. Contudo, a EJA representa ainda mais, no âmbito individual, é a concretização de um sonho; no coletivo, simboliza a esperança de uma transformação social. De acordo com Machado et al, 2024 apenas com políticas educacionais efetivas, currículos adaptados às realidades dos alunos e métodos de ensino acessíveis e inclusivos é possível assegurar que a EJA desempenhe sua função de promover a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento integral dos estudantes dentro da sociedade.

A EJA é essencial para o progresso de uma sociedade que busca evolução, funcionando como um caminho que possibilita às pessoas recuperar oportunidades antes negadas e assumir um papel ativo como cidadãos conscientes, preparados e participativos. Assim, ampliar e fortalecer essa modalidade torna-se indispensável para construir uma comunidade mais justa, na qual a educação seja entendida como um direito básico e um elemento central para o desenvolvimento inclusivo e sustentável (Rocha, 2025).

É de conhecimento geral que abordar a questão da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos é um desafio complexo, pois envolve compreender a amplitude do problema não apenas no contexto escolar, mas também em relação às condições e vulnerabilidades específicas desse público (Pereira, 2024). Diante deste contexto Oliveira, 2023 traz que muitas mulheres que são mães recorrem à Educação de Jovens e Adultos (EJA) como forma de retomar os estudos interrompidos em algum momento de suas trajetórias. Essa interrupção pode ocorrer por diversos motivos, como a necessidade de trabalhar, o casamento, a gestação, a ausência de uma rede de apoio para auxiliar nos cuidados com os filhos ou a falta de compartilhamento dessas responsabilidades com o pai das crianças. Assim, diferentes fatores contribuem para que as mulheres abandonem a escola em distintas fases de suas vidas.

Em alguns casos, essas mulheres acabam sendo impedidas de continuar sua formação escolar na EJA, tendo esse direito fundamental negado pela ausência de apoio familiar. Em determinadas situações, são até mesmo pressionadas por parentes a desistirem dos estudos, sob a crença de que essa formação não é necessária para elas. (Pereira e Souza, 2023). Oliveira

(2023) relata que o funcionamento noturno da EJA permite que as mulheres se dediquem às suas diversas responsabilidades ao longo do dia. Aos poucos, elas vão superando obstáculos como o preconceito, o cansaço e a falta de reconhecimento do trabalho, avançando gradualmente, dia após dia, noite após noite, até alcançarem a conclusão de seus ciclos de aprendizagem.

Jesus e Coelho (2024) ainda ressalta que as mulheres que frequentam a EJA demonstram um profundo anseio por transformação. Mais do que a conquista de um diploma, elas enxergam na educação uma oportunidade de mudar suas próprias vidas e as de suas famílias. A aprendizagem assume, portanto, um papel de emancipação, servindo como instrumento para alcançar novos caminhos e ocupar um espaço mais justo e participativo na sociedade. Além de buscar o fortalecimento da autoestima, o enriquecimento cultural e o avanço profissional, essas mulheres almejam exercer uma atuação social mais consciente e crítica. Ao ingressarem na EJA, não apenas retomam os estudos, mas reafirmam seus direitos e se reconhecem como protagonistas de suas trajetórias.

A participação das mulheres na EJA deve ser reconhecida, valorizada e respeitada, pois apenas dessa forma será possível transformar os desafios relacionados à escolarização feminina e à histórica subordinação de gênero. Essas mulheres, muitas vezes invisibilizadas e negligenciadas pelas políticas públicas, precisam ser vistas como protagonistas que escolheram resistir, mesmo diante de inúmeras barreiras, em busca de formação, autonomia e emancipação pessoal e social (Prado et al 2025). Leite e Alves (2022) também traz que os progressos e conquistas alcançados pelas mulheres, que hoje lhes garantem liberdade e igualdade de direitos, são resultado de intensas lutas ao longo do tempo. Ainda assim, os resquícios do machismo persistem na sociedade, mantidos e reproduzidos historicamente tanto por homens quanto por mulheres ao longo das gerações.

Programas como o EJA precisam ser aprimorados para atender melhor às realidades dessas mulheres, oferecendo horários flexíveis, suporte familiar e creches, além de um currículo que dialogue diretamente com suas experiências e necessidades (Santos, 2024). Segundo Jesus e Coelho (2024) retornar à escola representa muito mais do que um processo de escolarização é um gesto de resistência e de afirmação de autonomia. Esse movimento ultrapassa a mera busca por conhecimento, pois possibilita às mulheres da EJA romperem com os ciclos de subordinação e desigualdade. Por meio da educação e do empoderamento, elas se reinventam e

conquistam novos espaços na sociedade, deixando de ser vistas apenas como responsáveis pelo cuidado e pelo trabalho doméstico para se afirmarem como agentes de transformação e independência.

Souza et al (2022) relata que a maternidade representa um período de profundas transformações que alteram os paradigmas e as perspectivas das mulheres que vivem essa experiência pela primeira vez. Envolve mudanças físicas, psicológicas e sociais significativas, que influenciam diretamente a forma como essas mães passam a compreender e interpretar o mundo ao seu redor.

Para Rodrigues et al (2024) as mulheres contemporâneas experimentam a maternidade de maneira única, enfrentando dilemas e contradições enquanto procuram construir uma identidade que harmonize os diferentes papéis que desempenham de mãe, profissional, parceira e sujeito individual. Para Lima et al, 2021 a maternidade é permeada por um mito construído por múltiplos discursos sociais e culturais. Não existe uma experiência materna universal, mas sim diversas formas de viver a maternidade, cada uma marcada por contextos e vivências singulares. Fatores socioeconômicos, especialmente os relacionados à classe social, evidenciam essas diferenças: enquanto mulheres de classes mais altas costumam ter acesso a serviços e redes de apoio especializadas, aquelas de classes populares frequentemente enfrentam a maternidade com pouca ou nenhuma assistência.

No entanto Silveiro e Paiva (2023), traz que a depressão pós-parto é uma condição que acomete muitas mulheres após o nascimento do bebê, mas que poderia ser prevenida por meio de cuidados voltados à saúde emocional desde o período gestacional. Trata-se de um aspecto essencial no cuidado à saúde feminina, embora ainda seja cercado por tabus e, consequentemente, pouco reconhecido e tratado adequadamente.

Entender os desafios que as mães enfrentam e fornecer apoio adequado não é apenas uma questão de saúde mental, mas também uma questão de justiça e igualdade. A psicologia desempenha um papel vital na preservação da saúde mental das famílias e da sociedade como um todo e tem a

responsabilidade de garantir que as mães sejam ouvidas, compreendidas e apoiadas em sua jornada única e desafiadora (Ematné, et al, 2024).

A implementação de ações como o pré-natal psicológico desponta como uma medida relevante para as políticas públicas de saúde, pois, em conjunto com o acompanhamento médico

tradicional e o fortalecimento das redes de apoio social, poderia contribuir significativamente para a prevenção de problemas sociais e para a redução das taxas de mortalidade materna e perinatal no país (Silveiro e Paiva, 2023). A Lei nº 14.721, sancionada em 8 de novembro de 2023, prevê que a indicação de acompanhamento psicológico deve ocorrer após avaliação feita por um profissional de saúde durante o pré-natal e o puerpério, com encaminhamento adequado conforme o quadro clínico da paciente. (BRASIL, 2023).

Contar com uma rede de apoio, seja dentro ou fora do ambiente educacional, é essencial para que as acadêmicas que são mães não fiquem sobrecarregadas. A falta de auxílio nos cuidados com os filhos impacta diretamente tanto a vida acadêmica quanto a pessoal, levando essas mulheres a enfrentarem a difícil dualidade de decidir, em determinados momentos, qual papel exige maior dedicação, decisão que pode gerar arrependimentos e uma série de outros sentimentos (Silva e Souza, 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que as mães estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentam desafios complexos ao conciliar as responsabilidades maternas com a vida acadêmica. Embora a maternidade possa ser um fator motivador para o retorno aos estudos, ela também se configura como um obstáculo quando não há apoio familiar e institucional adequado. Fatores como a sobrecarga doméstica, a falta de creches, as dificuldades financeiras e os estigmas sociais contribuem para a evasão escolar, reforçando desigualdades históricas de gênero e exclusão social.

A análise também destacou que as representações sociais sobre a maternidade continuam influenciando a subjetividade dessas mulheres, gerando sentimento de culpa e ansiedade diante das dificuldades de permanecer na escola. Nesse contexto, a Psicologia tem papel fundamental ao oferecer suporte emocional, promover o bem-estar mental e ajudar na ressignificação da maternidade, fortalecendo a autoestima e a autonomia das mães estudantes. A presença de redes de apoio, tanto familiares quanto institucionais, mostrou-se decisiva para a permanência e o êxito educacional dessas mulheres.

Além disso, a EJA demonstrou ser mais do que uma modalidade de ensino compensatória, é um espaço de inclusão e transformação social, permitindo que mulheres

historicamente excluídas tenham acesso à educação, conquistem novas perspectivas de vida e rompam ciclos de pobreza e desigualdade. Para isso, são necessárias políticas públicas efetivas, como bolsas de permanência, oferta de creches, horários flexíveis e acompanhamento psicossocial, que tornem possível a continuidade dos estudos sem que a maternidade se transforme em barreira.

Conclui-se que garantir o direito à educação das mães na EJA exige o compromisso conjunto do Estado, das instituições educacionais e da sociedade, superando preconceitos e promovendo equidade de gênero. Ao reconhecer a maternidade como uma condição que requer apoio e não deve limitar oportunidades, a educação torna-se um instrumento de emancipação e cidadania. Investir na permanência escolar dessas mulheres é investir na quebra de ciclos de exclusão e na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Diante dos resultados desta pesquisa, propõe-se utilizar as informações obtidas para desenvolver projetos de apoio psicológico voltados às mães e gestantes da EJA, incluindo atendimentos, grupos de apoio e ações psicoeducativas que fortaleçam a autoestima, reduzam a ansiedade e ampliem redes de suporte. Além disso, pretende-se sensibilizar gestores e educadores sobre a importância de políticas permanentes de acompanhamento psicossocial, contribuindo para a permanência escolar e a redução da evasão. Assim, este estudo busca servir como base para iniciativas que unam Psicologia e Educação, promovendo inclusão, bem-estar e equidade no contexto da EJA.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. (1975). Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Dispõe sobre o regime de exercícios domiciliares para estudantes em estado de gravidez. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília. Acesso em: 6 de out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.721, de 8 de novembro de 2023. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Acesso em: 06 de out. 2025.

BELLO, Luiz; BRITO, Vinicius. **Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023**. AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023> . Acesso em 6 de out. 2025.

CARVALHO, Aline dos Santos Moreira de et al. Educação de Jovens e Adultos: breve análise do panorama brasileiro. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e17211124727, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/24727/21755>. Acesso em: 1 out. 2025.

EMATNÉ, Maysa Fabiano et al. Psicologia E Promoção Da Saúde Mental Materna. **ANALECTA-Centro Universitário Academia**, v. 9, n. 1, 2024. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/ANL/article/view/3874> . Acesso em: 6 de out. 2025.

JESUS, Ana Cláudia de; COELHO, Livia Andrade. Trajetórias e desafios de mulheres mães na EJA: autonomia, enfrentamentos e resistência cotidiana. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED**, v. 5, n. 12, p. 1–20, 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/geova/Downloads/Trajet%C3%B3rias+e+desafios+de+mulheres+m%C3%A3es+na+EJA+autonomia,+enfrentamentos+e+resist%C3%Aancia+cotidiana%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/geova/Downloads/Trajet%C3%B3rias+e+desafios+de+mulheres+m%C3%A3es+na+EJA+autonomia,+enfrentamentos+e+resist%C3%Aancia+cotidiana%20(1).pdf). Acesso em: 30 set. 2025.

LEITE, Ana Cecília Figueirêdo; ALVES, Francione Charapa. Trabalho, maternidade e permanência no Ensino Superior. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8801> . Acesso em: 30 set. 2025.

LIMA, Débora dos Santos Fonseca; SANTOS, Maria Dionísia Alves dos; BARBOSA, Paloma Luzia Feliciano. **Os impactos da idealização da maternidade na saúde mental da mulher contemporânea**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/78bbc63f-c76d-4f6f-8c0f-a325435411b6/content>. Acesso em: 30 set. 2025.

MACEDO, Jeremias Santos; LOUREIRO, Armando. Política de inclusão ou exclusão? Um olhar sobre a evasão/abandono escolar na EJA. **Ensaios Pedagógicos**, v. 9, n. 1, p. 76–108, 2025. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/430/384>. Acesso em: 30 set. 2025.

MACHADO, Josiane Aparecida; LAGES, Rita Cristina Lima; SANT'ANA, Rivânia Maria Trotta. Avanços e Desafios das Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. **Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 2, p. 1-19, 2024. Acesso em: 30 set. 2025.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/download/51940/29810>. Acesso em: 07 out. 2025.

OLIVEIRA, Lissandra Cassiano de. **Mulheres mães na EJA**: das dificuldades às superações, quando não existe a opção desistir... 2023. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura

em Pedagogia – Área de Aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27531/4/LCO22062023.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

PEREIRA, João Duarte. Educação de jovens e adultos: Um contexto histórico e legal. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 8, p. 64-76, 2024. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/189>. Acesso em: 07 out. 2025.

PEREIRA, Guilherme Twan de Sousa; SOUZA, Rebeca Hennemann Vergara de. Quando o ser mãe e o ser aluna se cruzam na EJA. **Anais IX CONEDU**, Realize Editora, 2023. ISSN 2358-8829. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/96802>. Acesso em: 29 set. 2025.

PRADO, Andréa Andrade Oliveira; MENEZES, Mônica Clementino de; FREITAS, Matheus Nunes Godeiro de; JUNIOR, Adenilson Souza Cunha. Os desafios enfrentados pela mulher/estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para permanecer na escola. **Anais do IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**, 2025. ISBN 978-65-86901-66-5. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/121471>. Acesso em: 15 out. 2025.

ROCHA, Hellen Christian de Faria Andrade. A educação de jovens e adultos (EJA) como fator de inclusão social e para o desenvolvimento regional. **Revista Educação e Saber – REdeS**, v. 2, n. anais, p. 220–227, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/redes/article/view/5267/2512>. Acesso em: 30 set. 2025.

RODRIGUES, Karen Lúcia Abreu; SANTOS, Juliana Silva; CAZAROTTO, Carolina Magalhães; RODRIGUES, Karoene Mara Abreu. Psicologia e maternidade: uma investigação através de perguntas e respostas em uma cidade no interior do estado de Goiás. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 10, n. 8, ago. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15106/7871>. Acesso em: 29 set. 2025.

SANTOS, Jéssica Rodrigues. **Educação de jovens e adultos e mulheres analfabetas na EJA: desafios e perspectivas**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 29 out. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32730>. Acesso em: 1 out. 2025.

SILVA, Nazilene Oliveira da; SOUZA, Daniel Cerdeira de. Entre a universidade e a maternidade: um estudo com mães acadêmicas do ensino superior. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 25, n. 4, p. 880–888, 2024. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/12665>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVERIO, Maria Tereza Oliveira; PAIVA, Letícia Mendes. A maternidade e seus impactos psicológicos na depressão pós parto. **Revista Saúde dos Vales**, v. 6, n. 1, 2023. Disponível em: <https://rsv.ojsbr.com/rsv/article/view/1825>. Acesso em: 06 de out de 2025.

SOUZA, Caroline Maria de; FERNANDES, Thamirys de Souza; PAULA, Tainá Regina de. Tornar-se mãe: aspectos biopsicossociais da maternidade. **Revista Científica Novas Configurações: Diálogos Plurais**, Luziânia, v. 3, n. 4, p. 29–46, 2022. Disponível em: <http://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/63c30d77a95395158301c052/pdf/dialogosplurais-3-4-29.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.